

XIII

POMBAL E OS JESUITAS

Após o reinado de esbanjamentos de D. João V, eleva-se ao trono de Portugal D. José I, como o quinto rei da dinastia bragantina. O soberano escolhe para seu primeiro ministro a Sebastião José de Carvalho e Mello, depois Conde de Oeiras e, mais tarde, Marquês de Pombal.

As falanges espirituais desvelando-se pela evolução portuguesa, haviam escolhido previamente esse homem, para a reconstrução das energias da patria, após os desvarios de D. João V, o monarca esbanjador e arbitrario, que nunca reuniu as côrtes para uma consulta, necessaria aos interesses do povo. O escolhido, porém, não soube corresponder integralmente ás sagradas expectativas dos genios espirituais da terra portuguesa. Se construiu grandes obras, no plano das realizações materiais, cometeu graves injustiças com a sua ditadura renovadora.

Pombal ascendera á posição de ministro, depois de absorver as idéias novas que percorriam os sectores de todas as atividades do Velho Mundo, ao sôpro dos enciclopedistas. O mundo diplomatico dera-lhe já a conhecer a técnica politica de um Roberto Walpole e, enquanto a sua patria se algemava aos tribunais da Inquisição, com serios prejuizos para a educação nacional, o cérebro se lhe povoava de planos audazes e reformadores.

Elevando-se ao trono, em 1750, D. José I escolhe-o, imediatamente, para chefe supremo do seu govêrno e, quando em 1755 foi Lisbôa parcialmente destruida por um terremoto, o ministro renovador teve oportunidade de demonstrar as suas possibilidades criadoras reedificando a cidade, que renasceu dos seus esforços mais engrandecida e mais bela.

O Marquês de Pombal, todavia, desde os primordios de sua ação no govêrno, não tolerava os jesuitas que, nas côrtes européias, se intrometiam em todos os negocios da politica do seculo, com a pretensão de imunizar o mundo inteiro das correntes de pensamento da Reforma.

Os missionarios humildes da célebre Companhia, localizados no Brasil, em honra da verdade, estavam muito longe das criminosas disputas nas quais se empenhavam os seus irmãos no outro lado do Atlantico, mas sofreram com

eles a incansavel perseguição, tão logo se apossou do governo o famoso ministro.

As tradições do povo e as profundas raizes da Companhia de Jesus, em Portugal, não lhe permitiam o banimento immediato dos membros da ordem, de sua patria e das respectivas colonias. Uma guerra surda estabelece-se entre ele e os jesuitas.

Surge, afinal, o atentado contra a vida de D. José I, em 1758. No dia 3 de setembro desse ano, quando regressava de uma entrevista ao palacio da Ajuda, o soberano foi alvejado a tiros de bacamarte, partidos de um grupo de pessoas desconhecidas. As suspeitas recaíram no Marquês de Tavora e seus filhos, no conde de Athouguia e no duque de Aveiro. Conquanto fosse este ultimo um dos implicados no movimento regicida, o mesmo não acontecia aos Tavoras, inocentes daquele delito. Instaura-se um processo que terminou, apesar de todas as suas clamorosas irregularidades, com a sentença de morte para todos os implicados. Em vão, procuram os portuguezes influentes na côrte modificar a decisão do ministro. Os condenados sofrem os mais horrorosos suplicios em Belém, e a propria D. Leonor Tomasia, Marquesa de Tavora, foi decapitada.

Pombal aproveita o ensejo que se lhe oferece para justificar a expulsão dos jesuitas, os quais apresenta ele como autores indirectos do

atentado e D. João I, a instancias do seu válido, assina sem hesitar o decreto de banimento.

Esse ato de Pombal reflete-se largamente na vida do Brasil. Todo o movimento de organização social se devia, na colonia, aos esforços dos dedicados missionarios. O clero comum possuia escravos numerosos e chegava a defender o direito suposto dos escravagistas, incentivando a caça aos indios e abençoando a carga miserrima dos navios negreiros. Os jesuitas, porém, sempre trabalharam, nos primordios da organização brasileira, dentro dos mais amplos sentimentos de humanidade. Aldeavam os indios, aprendiam a "lingua geral" afim de influenciarem mais diretamente no seu animo, trazendo as tabas rusticas ás comunidades da civilização e foram, talvez, naqueles tempos passados, os unicos refletores dos ensinamentos do Alto, com o seu verbo inspirado, advogando a causa de todos os infelizes. A sua expulsão do Brasil retardou de muito tempo a educação das classes desfavorecidas e, se o ministro de D. José I estendeu algumas vezes o seu dinamismo renovador até á patria do Evangelho, essas ações poucas vezes ultrapassaram o terreno material, até porque, mesmo alguns melhoramentos introduzidos no Rio de Janeiro pelo Conde de Bobadela, que levantou ali a primeira officina tipografica do país, foram por ele destruidos á fôrça de decretos, que representaram

serios obstaculos á facilidade de educação no territorio da colonia.

A esse tempo, contemplando a anulação dos seus esforços, os missionarios humildes da cruz procuram Ismael, com os seus aflitivos apelos. Seus trabalhos eram abandonados, por fôrça das determinações do ministro arbitrario. Suas intenções eram incompreendidas, suas ações baldadas, no sentido de se espalhar entre os soffredores as claridades consoladoras do ensino de Jesus. Mas o generoso mensageiro esclarece bondosamente aos seus dedicados colaboradores.

— “Irmãos, — explica ele —, muitas vezes, aqueles proprios espiritos que escolhemos para determinados labores terrestres, não resistem á sedução do dinheiro e da autoridade... Sentem-se traídos em suas proprias fôrças, entregando-se, sem resistencia, ao inimigo oculto que lhes envenena o coração... Deixai aos déspostas da Terra a liberdade de agir com o imperio da sua ambição e da sua prepotencia. Por mais que operem com as suas possibilidades no plano físico, a vitoria pertencerá sempre a Jesus, que é a claridade suave e doce de todos os corações... Temos, porém, de considerar ao lado da tirania politica, que busca perder a nossa ação, o lamentavel desvio dos nossos irmãos incumbidos de velar pelo patrimonio do evangelho, no mundo europeu. Infelizmente, não têm

eles procurado levar a luz espiritual às almas aflitas e sofredoras, clareando a estrada dos ignorantes e abençoando o rude labor dos simples e sim, buscam influenciar, junto dos principes do planeta, disputando os mais altos lugares de dominismo no banquete dos poderes temporais, de todos os países em que milita a igreja do ocidente... Peçamos a Jesus pelos tiranos e pelos nossos companheiros desviados da consciencia retilinea... Se terminamos, agora, uma etapa da nossa tarefa, na qual aproveitamos os elementos que nos oferecia a disciplina da Companhia fundada por Loiola, prosseguiremos nosso trabalho dentro de novas modalidades. Deixemos aos mortos o cuidado de enterrar seus mortos, como ensinou o Divino Mestre em suas lições sublimes. Vossos irmãos, transformando a cruz de Cristo num simbolo de opressão e despotismo, nos tribunais malditos da Inquisição, cavam a sepultura moral de suas almas, que se compadecem com o sacrilegio e com a ignominia... Quanto aos politicos, eles têm uma órbita de ação que não lhes é possível ultrapassar; o tempo e a experiencia, com a dor que é a sua eterna aliada, ensinarão às suas consciencias a lei de fraternidade e de amor por eles esquecida, nos dias do seu fastigio e da sua gloria efemera sôbre a face do mundo... Oremos por eles e que Jesus, na sua bondade

infinita, nos acolha os corações sob o manto da sua misericórdia. . .”

Enquanto oravam, gotas suaves de luz deramavam-se do céu sobre os caminhos tenebrosos da Terra e a palavra profetica de Ismael teve, em breve, a sua realização.

A Companhia de Jesus foi suprimida pelo proprio papa Clemente XIV, em 1773, para reaparecer somente em 1814, com Pio VII. Nunca mais puderam os jesuitas readquirir o imenso prestígio que possuiram no ocidente; e quanto ao Marquês de Pombal, conheceu no silencio a lição do abandono e do olvido dos homens. No dia em que agonizava D. José I, o cardeal de Lisboa, D. João Cosme da Cunha, que devia ao famoso ministro a altura da sua posição ecclesiastica, afirma-lhe no aposento do moribundo: — “V. Excia. já nada mais tem aqui a fazer,” testemunhando-lhe venenosa ingratição. E daí a algum tempo, quando subiu ao trono, D. Maria I demittia-o de todas as suas funções no reino, banindo-o da corte após um rumoroso processo, onde buscou fundamentar a sua condenação. Retirando-se para a Vila de Pombal, desprende-se do mundo em 1782, humilhado e esquecido sob o imperio dos mais pungentes desgostos.